

A NECESSIDADE DE UMA MARINHA OCEÂNICA*

(Publicado na *RMB* 1^oTrim./2001)

EDUARDO ÍTALO PESCE

Professor

MÁRIO ROBERTO VAZ CARNEIRO

Professor

A Marinha do Brasil, mesmo lutando com enormes dificuldades, sempre afirmou sua vocação oceânica. Isto é de fundamental importância, num momento em que o país desponta como líder regional e potencial ator de âmbito mundial. Apesar das desigualdades ainda existentes, nosso país caminha, desde o final dos anos 70, para ser uma potência média com interesses mundiais, o que o torna alvo potencial de pressões externas (inclusive de natureza militar). Se realmente pretende cumprir esse destino no século XXI, o Brasil não tem alternativa senão implementar um projeto nacional autônomo.

Os objetivos da Política de Defesa Nacional (PDN) anunciada em novembro de 1996 não só justificam como tornam imperativa a existência de uma Marinha oceânica. Em 1997, o então Ministério da

Marinha fez publicar um documento ostensivo, denominado "Política de Defesa Nacional: o Poder Naval", no qual as diretrizes da PDN 96 eram explicitadas em função das peculiaridades das forças navais. Com a atualização daquela política, ora em curso no Ministério da Defesa, as três forças singulares deverão elaborar documentos similares, ajustados à realidade do novo século.

Muito antes da PDN 96, a Marinha do Brasil já tinha uma política de defesa e uma visão de futuro. A sistemática do Plano Diretor da Marinha (PDM), que constitui a base do planejamento orçamentário, engloba a aplicação de recursos com três destinações básicas: Marinha do presente (curto prazo), Marinha do amanhã (médio prazo) e Marinha do futuro (longo prazo). A manutenção de uma força naval balancea-

N.R.: Publicado na Revista *Segurança & Defesa* - nº 68, p.4-6

da, com alguma capacidade oceânica, e fruto de uma concepção estratégica naval de potência média, que aspira a ascender à condição de grande potência no futuro. Seria miopia estratégica classificar tal visão de simples corporativismo ou cópia de modelos estrangeiros.

Muito pelo contrário: trata-se simplesmente de constatar indiscutíveis verdades geográficas, históricas e políticas. Como imaginar que um país com um litoral de quase 8.000 quilômetros, praticamente aberto em quase sua totalidade, e cuja grande maioria das importações e exportações chegam por via marítima, possa abdicar de uma força naval com capacidade de defender as rotas comerciais de seu interesse? Como negar que as duas grandes intervenções da Marinha para defesa dos interesses nacionais durante o século XX foram de caráter eminentemente oceânico, já que os teatros de operações terrestres nos dois conflitos em questão estavam em outros continentes? Como imaginar que um país de dimensões continentais e dotado de imensos recursos naturais como o nosso possa aspirar tornar-se uma potência sem um Poder Naval que o capacite a defender seus interesses e os de seus cidadãos em sua área de influência? Como voltar as costas à defesa do Atlântico Sul, mormente quando somos confrontados no lado africano por países que, via de regra, só dispõem de capacidade de realizar operações costeiras e que, em grande parte, são insustentáveis politicamente?

ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul é o nosso teatro de operações marítimas (TOM), e a Esquadra é o principal componente operativo do Poder Naval brasileiro. O Brasil, como potência emergente, necessita de uma "Marinha de águas azuis", capaz de operar em áreas distantes do litoral – sem prejuízo dos meios distritais empregados em tarefas de manutenção da ordem marítima e fluvial ou utilizados na guerra de minas (minagem e contraminagem).

O peso estratégico do Brasil no Atlântico Sul é, no mínimo, semelhante ao da Índia no Oceano Índico e ao da China no Mar da China Meridional. Estes dois países, porém, investem parcelas bem maiores do Produto Interno Bruto (PIB) em sua defesa. É preciso compreender que o Brasil não é um pequeno país, e que a busca da autonomia estratégica e a construção da potência (em todos os campos do Poder, inclusive o Militar) são conseqüências inevitáveis de nosso gigantismo e não, como poderia parecer, fruto de uma opção agressiva. Infelizmente certas lideranças preferem (ou fingem) acreditar no discurso ideológico da globalização, da paz absoluta e do fim do Estado nacional.

Também é preciso enfatizar que a manutenção de uma capacidade oceânica é essencial à nossa Marinha, a fim de que esta possa defender a soberania e os interesses nacionais, em áreas marítimas distantes, situadas na parte oriental

Como imaginar que um país com um litoral de quase 8.000 quilômetros, praticamente aberto em toda sua totalidade possa abdicar de uma força naval com capacidade de defender as rotas comerciais de seu interesse?

do Atlântico Sul ou mesmo em outros oceanos. Nossa fronteira marítima, na verdade, começa no litoral ocidental da África e inclui as rotas oceânicas de interesse imediato para o Brasil. Há também a necessidade de apoiar a participação brasileira em operações de paz no exterior, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ainda que o submarino (principalmente se dotado de propulsão nuclear) seja o instrumento ideal de negação do mar a um possível adversário, os navios de superfície – assim como a aviação embarcada em navios-aeródromo (NAe) – são essenciais para o controle de área marítima e para a projeção do Poder Naval sobre terra, mesmo em

nível regional. Entre os críticos mais loquazes da aquisição de um substituto para o *Minas Gerais* encontram-se os defensores de uma Marinha constituída apenas por submarinos e unidades costeiras de superfície

– como a Marinha soviética do final dos anos 50. Isto, é claro, sem falar nos que pretendem transformar nossa Marinha numa simples guarda costeira.

EMPREGO POLÍTICO

Já em 1989, o livro *O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz*, de autoria do então Capitão-de-Mar-e-Guerra (hoje Contra-Almirante da reserva) Paulo Lafayette Pinto, sugeria uma estratégia naval de potência média, defendendo a idéia de que uma Marinha balanceada de porte médio, capacitada a desempenhar ações de “diplomacia naval” em tempo de paz, seria o embrião da verdadeira Marinha oceânica no futuro.

Em tempo de paz (em situação de normalidade ou durante as crises internacionais), a Marinha é particularmente adequada ao emprego político, em ações de presença naval do exterior. Uma Esquadra de superfície nucleada em pelo menos um NAe de médio porte (com os respectivos meios aéreos) e constituída por um número adequado de navios-escolta, além de um grupo de apoio móvel (integrado por navios de apoio logístico modernos), pode operar em áreas marítimas relativamente distantes de suas bases.

Para uma potência naval média, a capacidade de projeção de poder sobre terra (em operações anfíbias ou de bombardeio aeronaval) não tem a mesma prioridade que

O Brasil, como potência emergente, necessita de uma “Marinha de águas azuis”, capaz de operar em áreas distantes do litoral

para as grandes potências. Entretanto, a possibilidade de conflitos regionais e a ênfase renovada nas operações de paz causaram, nos últimos anos, um aumento significativo do interesse de Marinhas de porte médio por

aquela modalidade de emprego.

No caso do Brasil, isto é refletido na expansão dos meios anfíbios (aquisição de navios de desembarque e modernização do Corpo de Fuzileiros Navais) e na obtenção de aeronaves embarcadas de asa fixa para a Aviação Naval. Uma capacidade anfíbia adequada – constituída por uma eficiente Força de Fuzileiros da Esquadra, dotada de helicópteros e de equipamento moderno, e por navios e embarcações de desembarque em número suficiente – atenderá às necessidades de nosso Poder Naval, em conflitos de baixa e média intensidade. A aquisição do *Foch* é um prosseguimento lógico dessa linha de raciocínio, já que não teria sentido deixar a força anfíbia sem um “guarda-chuva” de proteção.

O fim da Guerra Fria não alterou o fato de que, nas operações navais em tempo de paz, a capacidade de permanência no mar é mais decisiva que o poder de fogo das unidades, pois o controle de uma área marítima, neste caso, não é contestado, e sim compartilhado por forças de duas ou mais nações. Em tais operações, a visibilidade dos navios de superfície torna-se uma vantagem. Em crises sem guerra (como no caso de controvérsias relativas a limites de jurisdição sobre recursos da plataforma continental e da zona econômica de 200 milhas marítimas), o emprego resolutivo do Poder Naval por um Estado litorâneo mais fraco pode dissuadir agressões potenciais de Estados mais fortes.

OPERAÇÕES FLUVIAIS E RECURSOS FINANCEIROS

Atualmente, a quantidade de meios subordinados ao Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO) e ao 4º Distrito Naval (4º DN) é muito inferior à que seria realmente necessária. Obviamente que, em princípio, a repressão ao narcotráfico é atribuição da Polícia Federal, mesmo recebendo algum apoio das Forças Armadas. Entretanto, no caso particular da Colômbia, é inequívoca a simbiose entre o narcotráfico e as guerrilhas das Fuerzas Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Isso pode levar a situações onde fica pouco nítido se a repressão deve ter caráter policial ou militar. Trata-se de um cenário complicado, e embora no estágio atual as condições não justifiquem reações de pânico, é aconselhável que se mantenha os olhos bem abertos e que a situação seja continuamente monitorada.

Com o atual nível de investimentos em nossa defesa – um dos mais baixos do mundo –, não é possível para a Marinha se mobilizar com meios suficientes para atuar com a mesma intensidade no teatro marítimo e no teatro fluvial. A situação orçamentária das Forças Armadas brasileiras, ao contrário do que afirmam alguns, é extremamente desfavorável. Embora freqüentemente fontes estrangeiras mencionem que o orçamento de defesa do Brasil estaria situado entre 1,6% e 1,8% do PIB (Produto Interno Bruto) – que por sinal sofreu substancial redução, após a desvalorização do real em janeiro de 1999 – tal afirmação está muito longe da realidade.

Ocorre que, como no Brasil o Orçamento da União não é impositivo, mas apenas

autorizativo, as verbas previstas no começo do ano vão sendo contingenciadas (quando não remanejadas para outras rubricas ao longo do exercício – o que torna o Orçamento final muito

O orçamento de defesa é, na verdade, inferior a 0,5% do PIB. A reversão deste quadro é indispensável e urgente

menor do que o autorizado inicialmente. Este, na realidade, não passa de mera peça de ficção e – apesar do aparente fim do processo hiperinflacionário – não pode ser tomado como base para análises precisas.

Durante anos, a inflação e os sucessivos planos econômicos (com freqüentes mudanças no padrão monetário), assim como a existência de quatro pastas militares (Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas), contribuíram para tornar confuso o quadro orçamentário da defesa nacional. Com a criação do Ministério da Defesa, porém, talvez as coisas fiquem um pouco mais claras. Em maio de 2000, quando foram anunciados cortes nos recursos de todos os ministérios, revelou-se que a

pasta da Defesa, originalmente contemplada com R\$ 3,3 bilhões (cerca de US\$ 1,8 bilhão), ficou com R\$ 3 bilhões (pouco mais de US\$ 1,6 bilhão). Apenas como comparação, o Ministério da Saúde ficou com R\$ 15 bilhões (aproximadamente US\$ 8,3 bilhões) após os cortes. Isto comprova que o orçamento de defesa é, na verdade, inferior a 0,5% do PIB. A reversão deste quadro é indispensável e urgente.

As operações nos trechos médios e/ou superiores dos rios da Bacia Amazônica requerem plataformas flutuantes de características bem específicas, sobre as quais não desejamos nos estender no presente trabalho. Os meios flutuantes e aéreos de que dispõe a Marinha são claramente insuficientes para uma presença mais efetiva nas áreas em questão. Se o que se deseja e necessita é uma atuação e uma presença de maior vulto por parte da força naval, é mister que sejam locados recursos financeiros para que ela se mobilize adequadamente.

CONCLUSÃO

A globalização não decretou o fim do Estado nacional soberano, mas veio nos alertar para as vantagens políticas, econômicas e militares dos Estados mais capazes e fortes. Mesmo sem ter interesses hegemônicos, nosso País não poderá ser eternamente um grande Estado periférico. O

caminho natural do país é ascender à condição de potência de âmbito mundial – migrando da periferia para o centro do sistema mundial de poder, de modo a assumir de vez o lugar que lhe cabe, no contexto das relações internacionais.

Mesmo que a aspiração brasileira de vir a integrar, em caráter permanente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas não se concretize em futuro próximo, a tendência é que as Forças Armadas venham a ser chamadas cada vez com mais frequência para representar os interesses do Brasil no exterior. A fim de contribuir significativamente para a

dissuasão de ameaças contra o Brasil, bem como negar o uso do mar, controlar áreas marítimas e projetar poder sobre terra, nossa Marinha oceânica do século XXI deverá incluir não só submarinos de propulsão

convencional e nuclear, como também uma Esquadra de superfície nucleada em NAE, além de uma força anfíbia adequada. Na medida do possível, nosso Poder Naval deverá ser constituído por meios flutuantes, aéreos e anfíbios desenvolvidos e produzidos no País – que deverão ser apoiados por uma adequada capacidade logística e de mobilização.

Devemos reforçar os meios na Amazônia e outras regiões “interiores”, mas sem esquecer as demais áreas estratégicas de interesse para o Brasil.”

Mesmo sem ter interesses hegemônicos, nosso País não poderá ser eternamente um grande Estado periférico



Ajude a manter viva a nossa História!

Um Museu tem vida. Muitas vidas, contidas em um espaço que resgata a sensação de imortalidade. Muito mais que exposições, registro de fatos e de seus personagens, um museu traz para nosso cotidiano a alma daqueles que traçaram os rumos do País.

E para que uma parte importante da História do Brasil se mantenha preservada, o Serviço de Documentação da Marinha está revitalizando o Museu Naval. Você também pode fazer parte deste grande projeto. Seja sócio da Liga dos Amigos do Museu Naval. A Liga também tem o objetivo de contribuir para ampliar a ação do Espaço Cultural da Marinha, dos navios-museus e demais departamentos do Serviço de Documentação da Marinha.

Associe o seu nome ou o de sua empresa à Liga dos Amigos do Museu Naval. Mais informações pelo telefone: (021) 3870-6926 ou na Internet: <http://www.mar.mil.br/~sdm>. O nosso e-mail é 01@sdm.mar.mil.br